



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



O Programa João Pessoa Sustentável como modelo de transferência, difusão e mobilidade de políticas “públicas” urbanas neoliberais do BID e a narrativa das cidades sustentáveis

Alexandre Sabino do Nascimento
Professor PPGG-UFPB

Heloísa Gomes da Silva
Graduanda em Geografia – UFPB

Maria Júlia Laurentino Silva
Graduada em Geografia – UFPB

José Vitorino dos Santos Neto
Mestrando em Geografia PPGG-UFPB

Sessão Temática 02: Políticas públicas e gestão multiescalar do território urbano e regional

Resumo. Cresce a pressão para que países dependentes e periféricos do Sul global como o Brasil adentrem na competição territorial global. Liga-se a isso o processo de urbanização planetária e neoliberal associado a aceleração da integração geoeconômica, a financeirização intensificada do capital, a neoliberalização das formas de Estado ainda em curso e a crise ecológica planetária ligada ao fenômeno das mudanças climáticas próprias do Capitaloceno. Esse artigo de análise tem por objetivo analisar a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis - ICES, criada e executada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e seu papel na transferência, difusão e mobilidade de políticas públicas urbanas neoliberais - e (in)sustentáveis - na América Latina e no Brasil ligadas a narrativa das “boas práticas” (best practices) da governança urbana neoliberal. A pesquisa que fundamenta o texto possui um caráter exploratório/analtico e é do tipo qualitativa, bibliográfica e documental. Conclui-se que existe, atualmente, um processo de transferência, difusão e mobilidade de políticas públicas urbanas neoliberais na América Latina e no mundo, com o discurso da sustentabilidade acoplado, que por sua vez vincula se às narrativas das mudanças climáticas e da sociedade do risco global. Aponta-se que a ICES é um exemplo paradigmático de tal política no Brasil.

Palavras-chave. Cidades Sustentáveis; Urbanização Neoliberal; Mobilidade de políticas públicas; Banco Interamericano de Desenvolvimento; Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES).

The Sustainable João Pessoa Program as a transfer, diffusion and mobility model of the IDB's neoliberal urban “public” policies and the narrative of sustainable cities

Abstract. The pressure is growing for dependent and peripheral countries of the global South like Brazil to enter the global territorial competition. This is linked to the planetary and neoliberal urbanization process associated with the acceleration of geoeconomic integration, the intensified financialization of capital, the neoliberalization of forms of State still in progress and the planetary ecological crisis linked to the phenomenon of climate change typical of the Capitalocene. This analysis article aims to analyze the Emerging and Sustainable Cities Initiative - ICES, created and executed by the Inter-American Development Bank - IDB, and its role in the transfer, dissemination and mobility of neoliberal - and (un)sustainable - urban public policies in Latin America and Brazil linked to the narrative of “best practices” of neoliberal urban governance. The research underlying the text has an exploratory/analytical character and is qualitative, bibliographical and documental. It is concluded that there is, currently, a process of transfer, diffusion and mobility of neoliberal urban public policies in Latin America and in the world, with the discourse of sustainability coupled, which in turn is linked to the narratives of climate change and society of the overall risk. It is pointed out that the ICES is a paradigmatic example of such a policy in Brazil.

Keywords: Sustainable Cities; Neoliberal Urbanization; Mobility of public policies; Inter-American Development Bank; Emerging and Sustainable Cities Initiative (ICES).

El Programa Sustentable João Pessoa como modelo de transferencia, difusión y movilidad de las políticas “públicas” urbanas neoliberales del BID y la narrativa de las ciudades sustentables

Resumen. *Crece la presión para que países dependientes y periféricos del Sur global como Brasil entren en la competencia territorial global. Esto se vincula con el proceso de urbanización planetaria y neoliberal asociado a la aceleración de la integración geoeconómica, la financiarización intensificada del capital, la neoliberalización de formas de Estado aún en curso y la crisis ecológica planetaria vinculada al fenómeno del cambio climático propio del Capitaloceno. Este artículo de análisis tiene como objetivo analizar la Iniciativa Ciudades Emergentes y Sostenibles - ICES, creada y ejecutada por el Banco Interamericano de Desarrollo - BID, y su papel en la transferencia, difusión y movilidad de las políticas públicas urbanas neoliberales - e (in)sostenibles, en América Latina y Brasil vinculados a la narrativa de las “mejores prácticas” de la gobernanza urbana neoliberal. La investigación que sustenta el texto tiene un carácter exploratorio/analítico y es cualitativa, bibliográfica y documental. Se concluye que existe, en la actualidad, un proceso de transferencia, difusión y movilidad de las políticas públicas urbanas neoliberales en América Latina y en el mundo, con el discurso de la sustentabilidad acoplado, que a su vez se vincula con las narrativas de cambio climático y sociedad. del riesgo global. Se destaca que el ICES es un ejemplo paradigmático de tal política en Brasil..*

Palabras clave: Ciudades Sostenibles; Urbanización Neoliberal; Movilidad de las políticas públicas; Banco Interamericano de Desarrollo; Iniciativa Ciudades Emergentes y Sostenibles (ICES).

1. Introdução

Cresce a pressão para que países dependentes e periféricos do Sul global como o Brasil adentrem na competição territorial global relacionada a dinâmicas como: a acelerada circulação de pessoas, mercadorias, capitais, dinheiro, identidades e imagens no espaço global (BRENNER, 2018). Liga-se a isso o processo de urbanização planetária e neoliberal associado a aceleração da integração geoeconômica, a financeirização intensificada do capital, a crise do modelo pós-guerra de intervenção de Estado de bem-estar social – ou sua caricatura novo desenvolvimentista no Brasil - a neoliberalização das formas de Estado ainda em curso e a crise ecológica planetária ligada ao fenômeno das mudanças climáticas próprias do Capitaloceno (MOORE, 2020)

Pretende-se, expor a produção/reforço de desigualdades socioambientais associadas às respostas urbanas às mudanças climáticas via políticas de adaptação contemporâneas do urbanismo global dominante (SHEPPARD; LEITNER; MARINGANTI, 2013). Tais políticas são, atualmente, moldadas e difundidas por todo o globo através de práticas neoliberais de governança urbana-ambiental orientadas para o mercado, estas se realizam via privatização intensificada dos bens comuns e promoção de certo tipo de empreendedorismo ambiental urbano (WHITEHEAD, 2013). Tais iniciativas têm articulado agendas e ações vinculadas a agentes do capital financeiro global, como seus discursos modernos, inteligentes e verdes, a práticas clássicas de acumulação primitiva ou via despossessão de bens comuns e direitos básicos de populações pobres como o direito à moradia digna via processos segregativos e com potencial gentrificante (SOUSA NETO & NASCIMENTO, 2020; SILVA; NASCIMENTO; SANTOS, 2022).

A produção do espaço urbano nas cidades da América Latina e Caribe - ALC, com destaque para as cidades brasileiras, têm obedecido, atualmente, a padrões e estratégias globais de reestruturação territorial e reescalonamento das ações de desenvolvimento urbano e metropolitano ligadas a um padrão de urbanização neoliberal (BRENNER 2018; BRENNER, PECK & THEODORE 2015), tais padrões e estratégias estão, por sua vez, ligados a formação de agendas e arenas globais de ação e difusão de políticas urbanas (SABATIER & WEIBLE 2007; JAJAMOVICH, 2013; STONE & LADI, 2015; NASCIMENTO; 2021) ou a conformação de “circuitos globais de conhecimento” (McCANN, 2011) ligados a novas rodadas de dominação e acumulação de capital (SHEPPARD; LEITNER; MARINGANTI, 2013). A produção e difusão de soluções ilusórias – chamadas de “boas práticas”, vinculadas a discursos/conceitos como os de sustentabilidade urbana, cidades inteligentes, inclusivas, verdes, emergentes (BID 2016) e resilientes (BOUSKELA, 2016; ONU, 2015; ONU-HABITAT, 2016; MENDES, 2020;

NASCIMENTO, 2021) fazem parte dessa padronização ligada a criação de consensos globais. Ressalta-se que, muitas dessas ideias vinculam-se ao nomeado “Consenso de Wall Street” (KEDWARD, GABOR & RYAN-COLLINS, 2022) fomentado para alcançar/financiar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2022) e manter o processo de acumulação de capital.

Sob o ponto de vista de uma teoria crítica urbana (BRENNER, 2018), esse artigo de análise tem por objetivo analisar a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis - ICES, criada e executada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e seu papel na transferência, difusão e mobilidade de políticas públicas urbanas neoliberais - e (in)sustentáveis - na América Latina e no Brasil ligadas a narrativa das “boas práticas” (*best practices*) da governança urbana neoliberal (NASCIMENTO & BASTOS, 2021). Destaca-se também a inserção de consultorias no planejamento e gestão urbana e seu papel na difusão das chamadas “boas práticas” no âmbito do paradigma de desenvolvimento urbano sustentável, a exemplo da difusão de infraestruturas verdes, estas que passam a fazer parte do que aqui compreende-se como a emergência de um empreendedorismo ambiental urbano (WHITEHEAD, 2013). Quanto à metodologia, a pesquisa que fundamenta o presente texto possui um caráter exploratório/analítico e é do tipo qualitativa, bibliográfica e documental. Nela foram analisados documentos das instituições multilaterais supracitadas, ligados a promoção do discurso do desenvolvimento urbano sustentável e das chamadas “boas práticas” vinculadas ao mesmo, com destaque a análise documental dos programas e projetos implementados pelo BID nas cidades receptoras da ICES, com destaque para a cidade de João Pessoa.

Tal inserção e difusão de políticas públicas e boas práticas via organizações multilaterais e mercado está atrelado à emergência de uma urbanização neoliberal vinculada por sua vez a processos que estão associados a forma pela qual a ideologia/racionalidade neoliberal (DARDOT & LAVAL, 2016) passa a atuar em diversos espaços do globo. Contudo, não se trata de uma atuação hegemônica e absoluta, pois só o discurso é hegemônico (verticalidade), mas sua concretização se dá diferencialmente no espaço-tempo, com suas particularidades, conformando o que alguns autores têm chamado de neoliberalismo realmente existente (BRENNER, PECK & THEODORE, 2015), que tem suas peculiaridades nos países do Sul Global como o Brasil¹. Ressalta-se que a presunção de que tais teorias e agendas são aplicáveis em todos os espaços e tempos, mesmo que apontem “cuidados” em sua adaptação ao contexto local, deve ser contestada (SHEPPARD; LEITNER; MARINGANTI, 2013).

Comentado [1]: cita.1

A importância de se fomentar tal debate se verifica em virtude da evolução no processo de construção de grandes projetos urbanos (GPUs) na região metropolitana de João Pessoa, a exemplo do Parque Socioambiental – João Pessoa/PB, no Roger, e Projetos de Requalificação Urbana e Ambiental das Comunidades do “Complexo” Beira Rio, incluindo a implantação de Parque Linear do Jaguaribe, entre outros (BID, 2018). Tais projetos estão se realizando via terceirização do planejamento e gestão urbana da cidade, que se dá com a entrega dos projetos para consórcios via licitações controlados pelo BID. GPUs que avançam sobre Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, que possuem legislações específicas quanto ao seu uso e ocupação, além de serem áreas prioritárias para projetos de moradia popular, regularização fundiária, entre outros. Assim, tais ações se chocam com as diretrizes e leis ligadas ao “Estatuto da Cidade” e com a construção de uma cidade mais justa e democrática (SILVA; NASCIMENTO; SANTOS, 2022; SOUSA NETO & NASCIMENTO, 2021; NASCIMENTO; PORTO LEAL; MAIA, 2022).

Chama-se a atenção para políticas de requalificação urbana e ambientais prometidas para as áreas e sua vinculação ao discurso dos riscos e desastres como legitimador das remoções forçadas ligadas aos projetos (ARAÚJO & NASCIMENTO, 2021; CANIL & MORETTI, 2020; MORETTI; CANIL; CARVALHO, 2019). Onde destaca-se que as comunidades (CANIL & MORETTI, 2020; NASCIMENTO; PORTO LEAL; MAIA, 2022) vítimas da “onda verde” dos projetos de requalificação urbana e ambiental representam territórios de exclusão e vulnerabilidade social

e ambiental históricos da cidade (CANIL & MORETTI, 2020; CARVALHO, 2020). Pesquisas recentes verificaram-se as relações entre as propostas de obras e projetos de parques urbanos, ecológicos e lineares, para a cidade de João Pessoa, com a matriz da produção de infraestruturas verdes (BID, 2016) e processos de gentrificação verde/ambiental e (re)valorização do espaço para capturas de mais-valias urbanas (CHECKER, 2011; ANGUELOVSKI, 2018; SANTOS NETO & NASCIMENTO, 2021; SILVA & NASCIMENTO, 2021; SILVA, 2022) pois, em alguns casos, tais ações podem estar a serviço de processos excludentes de renovação urbana e gentrificação.

2. A urbanização neoliberal e o processo de transferência, difusão e mobilidade de políticas “públicas” urbanas neoliberais

Desde 2018, o Núcleo Paraíba do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) – Observatório das Metrôpoles e o Grupo de Estudos Geográficos sobre Estado, Mercado e Produção do Espaço – GEMPE, vinculado ao Laboratório de Estudos Urbanos da Universidade Federal da Paraíba/CCEN que integra os Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Arquitetura e Urbanismo/UFPB, vem se desenvolvendo projetos de pesquisa e extensão ligados a reflexão/atuação acerca da inserção em cidades intermediárias e/ou médias de padrões e estratégias globais de reestruturação territorial ligadas a um padrão de urbanização neoliberal (BRENNER, PECK & THEODORE, 2015) somado aos discursos ligados ao paradigma da governança urbana neoliberal e do empreendedorismo urbano (ARANTES, VAINER & MARICATO, 2009; HARVEY, 2005) agora travestidos de inteligente e sustentável, foram realizadas análises de planos estratégicos implementados ou em implementação nas cidades de João Pessoa e Campina Grande e seus desdobramentos, via a análise de documentos e projetos executados e/ou em execução.

O presente artigo faz parte das pesquisas do projeto “A Nova Agenda Urbana e os ODS e sua relação com a implementação do “Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa”: uma análise das agendas, ações, agentes e escalas envolvidas” (UFPB/CNPQ/2021-2022). As pesquisas têm se focado em analisar a relação complexa e contemporânea entre o processo de urbanização neoliberal, na chamada Era urbana (ONU-HABITAT), e o fenômeno/paradigma das mudanças climáticas. Com ênfase no papel da formação de uma política pública global, com a presença de múltiplas partes interessadas (governança multinível), resultado da ação de agentes multilaterais que criam, difundem e transferem políticas urbanas globais “sustentáveis”. Nesse ínterim, destaca-se o papel da ONU e seus ODS, com atenção ao ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e a Nova Agenda Urbana (NAU) (BORJA, CARRIÓN & CORTI, 2017; ONU-HABITAT, 2016) e de organizações multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e sua correlação com a implementação da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis - ICES – BID (JOÃO PESSOA, 2014; BID, 2016; 2018).

Acredita-se que tais agendas e seus grupos de interesses se desenvolvem por conta do atual contexto de exploração e esgotamento dos recursos naturais e sociais criados pelo modo de produção capitalista, estando relacionadas a novas tentativas de reestruturação do sistema, que envolve reescalamentos (BRENNER, 2018) das ações dos agentes estatais e do mercado, mas também vislumbram novas fontes de reprodução/regulação da acumulação do capital, onde destaca-se, neste trabalho, o paradigma do desenvolvimento urbano sustentável. Articulado sobre três pilares – o desenvolvimento sustentável, a governança corporativa e a responsabilidade social empresarial.

Ressalta-se que as cidades têm sido os territórios nos quais vem sendo construídos parte das ameaças ao futuro da humanidade ligadas ao chamado *Antropoceno* ou a chamada “sociedade de risco global” (BECK, 2009) ligados ao modo de produção capitalista. O sistema diante de sua crise estrutural tem aumentado seu ímpeto em mercantilar e commodificar todas as relações

Comentado [2]: .

entre sociedade e natureza, sendo as cidades o espaço para onde convergem parte dos efeitos e consequências socioambientais de tais imperativos do sistema, em virtude disso as cidades passam a ser foco de tais agendas.

Entende-se que tais agendas e correlata formação de arenas globais de ação (SABATIER & WEIBLE 2007; STONE & LADI, 2015; NASCIMENTO, 2021; NASCIMENTO & BASTOS, 2021) estão ligadas a difusão de políticas urbanas sustentáveis, mas também de caráter neoliberal, como destaque para o papel do BID, nas cidades da América Latina (NASCIMENTO, 2021). Sobre a inserção das ideias neoliberais no Brasil, Arantes (2006) aponta para uma construção de uma “agenda urbana do ajuste” representada por ações como “[...] reforma do sistema habitacional, a descentralização das políticas públicas, a criação de fundos de financiamento onerosos e o ‘ajuste fiscal das cidades’ foram partes importantes das reformas estruturais dos anos 80” (ARANTES, 2006. p. 66).

Brandão (2017) aponta para a continuidade de tal processo nos anos seguintes via o que o mesmo nomeia de “rodadas de neoliberalização”, destacando seus impactos nos espaços metropolitanos. O autor citado, conclui que, de 1995 a 2015, o Brasil sofreu três rodadas de neoliberalização, que se utilizam de dispositivos, mecanismos e instrumentos bastante diferenciados de experimentações re-regulatórias, com variadas repercussões. Quanto a possibilidade de análise e compreensão de tais mecanismos ligados a difusão de preceitos neoliberais Peck, Theodore e Brenner (2012) desenvolvem três dimensões analíticas para a análise do processo de neoliberalização, as mesmas são: experimentos regulatórios, sistemas de transferência interjurisdicional de políticas e regimes de normas transnacionais.

Sobre a construção e difusão de tais dispositivos, mecanismos e experimentações Nascimento (2021), a relaciona a tentativa de governança global que tem se realizado via a crescente importância da construção de estruturas institucionais e espaciais específicas de cada lugar (BRENNER; PECK; THEODORE, 2015) e a articulação diferenciada com os processos de destruição criativa (HARVEY, 2011) do neoliberalismo realmente existente (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012). O autor utilizando-se das dimensões analíticas de Peck, Theodore e Brenner (2012) constrói uma possibilidade de materialização das mesmas na análise da relação complexa e contemporânea entre o processo de urbanização neoliberal e o fenômeno/paradigma das mudanças climáticas, a exemplo da construção de narrativas associadas ao desenvolvimento urbano sustentável e a resiliência (NASCIMENTO, 2021). As agendas resultantes desses mecanismos se ligam à busca incessante e a necessidade de criação de certos consensos e de uma agenda global quanto a problemática socioambiental derivada das mudanças climáticas, além de propiciar a abertura de uma grande mercado verde de soluções para a crise socioambiental, tais soluções envolvem, muitas vezes, processos de despossessão/espoliação de bens comuns, principalmente, dos povos do Sul Global (SASSEN, 2016).

Ressalta-se a relevância e necessidade de se analisar, com maior profundidade, os agentes, ações e escalas ligadas aos ODS e a Nova Agenda Urbana da Habitat III, e como sociedades, governos, empresas vêm se apropriando e replicando tais agendas e seus discursos na construção de seus espaços de atuação, de seus negócios e/ou na busca por um mundo melhor. Contexto em que entram em campo temas como o das cidades inteligentes e sustentáveis, que encontra-se presente nas “recomendações” das duas grandes agendas internacionais contemporâneas: a Nova Agenda Urbana da Habitat III e a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, e seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Destaca-se, nessas agendas, a tentativa de criação de um consenso planetário em torno de suas diretrizes. Onde o paradigma do Desenvolvimento Sustentável se coloca como uma solução fervorosa para a nossa forma de produzir e consumir. Contudo, a partir dos anos 2000, esse paradigma se torna base para a configuração da (re)produção do espaço capitalista. Tornando-se utilitário para o capital, como terreno fértil para novos mercados de investimentos e acumulação de capital. Investimentos, inclusive, ligados à busca pela redução das emissões de gases do efeito

Comentado [3]: cita.2

estufa (GEE), principal efeito colateral do chamado “Capitaloceno” (MOORE, 2020). Associados a esse processo surgem investimentos voltados a tentativa de barrar o aquecimento global, conformando uma “green finance”.

O pretense consenso planetário diante de uma quadro de urbanização planetária (BRENNER, 2018) pode estar vinculado ao “Consenso de Wall Street” (GABOR, 2021; KEDWARD, GABOR & RYAN-COLLINS, 2022) liderado pelo Banco Mundial que incentiva os Estados, do Sul Global, a alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), firmando parcerias com o grande capital dos investidores institucionais, onde espera-se que o Estado ajude o financiamento privado em seus esforços para liderar a transição verde. Estimula-se, assim, a criação de ativos verdes/sustentáveis (a exemplo do *green bonds*) investíveis e atraentes em infraestrutura social e ambiental (KEDWARD, GABOR & RYAN-COLLINS, 2022).

Comentado [4]: cita.3

Como exemplo de infraestruturas verdes, destacam-se os parques lineares, largamente incentivados e difundidos como uma importante *boa prática* pelo BID. Estes têm sido “símbolos” do urbanismo global dominante (SHEPPARD; LEITNER; MARINGANTI, 2013) agora tingido de verde (*greenwashing*). Tais infraestruturas representam práticas neoliberais de governança urbana-ambiental orientadas para/pelo o mercado, e se reproduzem em paralelo a privatização intensificada dos bens comuns urbanos e a promoção de certo tipo de empreendedorismo ambiental urbano (WHITEHEAD, 2013). Este último, vincula-se a um quadro de ascensão de uma governança urbana sustentável, contexto no qual os parques lineares, muitas vezes, têm sido utilizados para a promoção de um processo de renovação e revalorização urbana, via projetos de requalificação urbana e ambiental, que resultam em remoções (em muitos casos forçadas), que se dão via práticas clássicas de acumulação primitiva/espoliativa ou via despossessão de bens comuns e direitos básicos.

Comentado [5]: cita.4

Comentado [6]: .

A produção de um consenso global depende de instituições multilaterais como a ONU, Banco Mundial, BID entre outros. Estas instituições são as únicas capazes de promover o que McCann (2011) chama de “circuitos globais de conhecimento” que são responsáveis pela mobilidade de políticas urbanas via difusão de “boas práticas”, muitas dessas vinculadas ao já citado “Consenso de Wall Street” (KEDWARD, GABOR & RYAN-COLLINS, 2022), estes ajudam a pregar o discurso da crescente demandas de investimento em infraestrutura urbana (verde e resiliente) e da falta de capacidades financeiras dos governos subnacionais para promovê-las. Defendendo, logo em seguida, o uso de outros mecanismos e instrumentos de financiamento disponíveis no mercado.

Dentro desse processo tem-se a formação de uma superestrutura de mecanismos reguladores, sob o comando do Estado e dos agentes hegemônicos da economia, através, sobretudo, dos intermediários financeiros, como o já citado Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Tal superestrutura permite a implantação de sistemas de cooperação - a famosa cooperação técnica promovida por agentes financeiros multilaterais que ajuda na penetração de soluções, via mercado, promovidas pelos agentes hegemônicos atuantes no processo de urbanização corporativa neoliberal e sustentável via a construção de “circuitos globais de conhecimento” (McCANN, 2011) ou a formação de agendas e arenas globais de ação e difusão de políticas urbanas (STONE & LADI, 2015).

Voltando-se às três dimensões analíticas centrais do processo de neoliberalização apontadas por Peck, Theodore e Brenner (2012), essas podem ser encontradas nas ações de organizações multilaterais como a ONU e o BID (NASCIMENTO, 2021). No caso dos experimentos regulatórios, — que podem se apresentar como projetos específicos de locais, territórios e escalas, elaborados para impor, intensificar ou reproduzir modalidades de governança disciplinadas pelo mercado—, podemos encontrá-los nas ações atuais do BID, como a criação da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis — em diante ICES.

3. A Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis: origem, discursos e ações

O “Programa João Pessoa Sustentável” surge dentro de um quadro de formação de dívidas públicas como parte do nexa Estado-finanças via sistema de crédito (HARVEY, 2011) que passam a comandar a produção do espaço urbano na cidade, ressalta-se que este programa é parcialmente financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do Contrato de Empréstimo N.º 4444/OC – BR, firmado entre esse Banco e o Município de João Pessoa, e faz parte da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), criada pelo BID em 2010, com atuação em toda a América Latina e Caribe. A ICES já está sendo aplicada/replicada em 77 cidades na América Latina e Caribe, coletando 164 indicadores, divididos em 30 temas e 3 dimensões: Ambiental e Mudança Climática; Desenvolvimento Urbano Integrado; e Fiscal e Governança. (BID, 2016).

Quanto às 3 (três) dimensões principais de atuação da ICES, em pesquisa documental descobriu-se que, em junho de 2012, a ICES publicou um guia explicando como implementar a metodologia da Iniciativa. Um dos primeiros passos dessa metodologia consiste na realização de um diagnóstico da cidade com base em uma análise de indicadores temáticos em cada uma de suas três dimensões:

Comentado [7]: .

[...] a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento urbano sustentável e a sustentabilidade fiscal e boa governabilidade. A dimensão ambiental inclui temas como a qualidade do ar e da água, a redução das emissões dos gases de efeito estufa (GEE), a adaptação à mudança climática, a diminuição da vulnerabilidade aos desastres naturais e a cobertura dos serviços públicos. A dimensão do desenvolvimento urbano considera os aspectos físicos, econômicos e sociais do desenvolvimento urbano. A dimensão fiscal e de governabilidade aborda as características da boa governabilidade, entre elas: transparência, participação pública e gestão orientada para a obtenção de resultados, assim como também as práticas fiscais das cidades, como a recuperação de custos dos serviços, a administração da dívida e o investimento público. (BID, 2013, p. 01).

A ICES consiste segundo o banco em “[...] um programa de assistência técnica aos governos das cidades médias da ALC [América Latina e Caribe] que apresentam uma grande dinâmica de crescimento demográfico e econômico” (PMJP/BID, 2014, p. 3). Como apontou-se anteriormente tal assistência técnica consiste na famosa cooperação técnica promovida por agentes financeiros multilaterais para facilitar a penetração de soluções mercadológicas para os históricos e complexos problemas urbano e ambientais dos países periféricos (STONE & LADI, 2015; SHEPPARD; LEITNER; MARINGANTI, 2013).

O BID iniciou a plataforma Cidades Sustentáveis em 2011 para apoiar o desenvolvimento sustentável em cidades com populações em rápido crescimento. Sua metodologia está baseada na aplicação de diagnósticos rápidos para a formulação de planos de ação. Essa metodologia foi desenvolvida com a participação da empresa privada de consultoria McKinsey & Company, entre os anos de 2010 e 2011 (IDB, 2015). A ICES, de acordo com seus documentos (BID, 2014; 2016), defende a ideia de que oferece apoio às cidades participantes no desenvolvimento de planos de ação que abordam as três dimensões da sustentabilidade já citadas.

Cabe apontar que a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), além de organizada e financiada pelo BID, que possui quarenta e oito (48) acionistas, com destaque para: EUA (30%), ARG (11,2%), BRA (11,2%), MEX (7%) e JAP (5%) (BID, 2020), possui, também, uma ampla rede de parcerias contendo doadores de vários países (China, Itália, Coreia do Sul, Espanha, Áustria, Suíça, Fundo Nórdico de Desenvolvimento, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia, Chile, Agência Internacional de Cooperação do Japão [JICA]) fundações privadas (ICF, FEMSA, Banamex e YPF), bancos de desenvolvimento nacionais e regionais na América do Norte e do Sul (Banobras [México], Caixa Econômica Federal [Brasil], Findeter [Colômbia]).

A ICES conta também com a presença de um rol de instituições acadêmicas (e *Think tanks*) de diferentes continentes e consultorias (*Austrian Institute of Technology*, ETH Zürich, *Harvard University*, *Massachusetts Institute of Technology* - MIT, *Korea Research Institute for Human Settlements* - KRIHS, *Brookings Institution*, Gehl Architects, entre outros). Soma-se a essas as parcerias e acordos de cooperação com um amplo espectro de corporações, muitas delas ligadas a desenvolvimento tecnológico e TICs, a exemplo: Cisco, Citibank, Microsoft, IBM, Google, Philips, Telefônica, LH, FIFA, SAAB, KRIHS, entre outras).

Sobre essas parcerias e outras, e seu papel na inserção do BID na América Latina o banco afirma:

Para reforçar o impacto e a reprodutividade do programa na região, a ICES continuou a forjar parcerias com instituições locais de desenvolvimento — na Argentina (Fundación YPF), México (BANOBAS) e Peru (Ministerio da Habitación), além das parcerias atuais no Brasil (Caixa Econômica) e na Colômbia (FINDETER). Também foram elaborados acordos com entidades do setor privado, como o Instituto de Tecnologia de Monterrey (México), a Universidad Internacional Menéndez Pelayo (Espanha), Acciona, Cemex, Cisco, Deloitte, Microsoft e a Fundação Rockefeller. Doadores como Áustria, Japão, Coreia, o Fundo Nórdico de Desenvolvimento (NDF) e a Suíça contribuíram com recursos adicionais (IDB, 2020).

Ressalta-se, que a presente análise busca ir além da coalizão de poderes locais ligadas ao processo de urbanização, sem tirar-lhes sua importância. Contudo, com base nos estudos de Brenner (2020) sobre governança urbana aponta-se para a necessidade de se evitar o que o autor chama de um certo “fetichismo da cidade”. Para Brenner (2020) este “fetichismo” frequentemente tem assumido a forma de localismo metodológico, e segue a linha de uma tendência de muitos estudiosos em focarem suas análises em processos políticos locais sem investigarem os espaços estatais supralocais – como os organismos multilaterais -, marcos regulatórios, paisagens industriais, divisões espaciais do trabalho e fluxos socioeconômicos nos quais tais processos estão inseridos. (BRENNER, 2020, p. 245).

Nesse sentido destaca-se a análise do papel do processo de urbanização neoliberal em economias dependentes e periféricas que apresentam uma financeirização subordinada (AALBERS & BUEDENBENDER, 2019; FERNANDEZ & AALBERS, 2019) que atua no sentido de absorver capital globalmente móvel (vadio) – produzidos na dinâmica financeirização do centro - como parte do processo de acumulação do capital que se dá sob os imperativos e a lógica da valorização financeira.

O Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é um banco multilateral de desenvolvimento que financia atividades de negócios e desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Possui 48 países membros dentro e fora da região e é constituído pelo BID, que financia projetos do setor público, e pelo BID *Invest*, que fornece financiamento ao setor privado (IDB, 2010). Aponta-se, que a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis – ICES do BID representa algumas dessas agendas comentadas ligadas ao urbanismo global dominante, e a conformação de um campo de forças ou dispositivo de governança neoliberal que direciona suas ações para espaços subnacionais, representados no Brasil pelas cidades de Goiânia, João Pessoa, Vitória, Florianópolis, Palmas e Três Lagoas⁵ (NASCIMENTO & BASTOS, 2021).

As cidades participantes da ICES passam a tecer relações globais (SWYNGEDOUW, 2018) com agentes públicos e privados, nacionais e internacionais, atuantes em outras escalas, a exemplo da Caixa Econômica Federal, do Banco Interamericano – BID, consultorias e *think tanks* ligados a produção e gestão de cidades, sem falar em algumas multinacionais presentes na construção dos Planos de Ação (PA) em cada cidade, todos entrelaçados na configuração de “circuitos globais de conhecimento” (McCANN, 2011) promotores da construção de agendas e arenas globais de ação e difusão de políticas urbanas (SABATIER & WEIBLE 2007; STONE & LADI, 2015; NASCIMENTO; 2021) ligadas a novas rodadas de dominação e acumulação de capital (SHEPPARD; LEITNER; MARINGANTI, 2013).

Comentado [8]: cit. 5

Ressalta-se que a ICES, atualmente, tem se ampliado e evoluiu para a “Rede de Cidades do BID”, que é, segundo o site da rede, uma plataforma que facilita o intercâmbio de conhecimentos e soluções para a vida urbana, promove a sustentabilidade ambiental, econômica e social desde o seu lançamento em 2016. Acredita-se, porém, tratar-se de uma rede de disseminação de “boas práticas” ou dispositivos da urbanização neoliberal via a configuração de “circuitos globais de conhecimento” (McCANN, 2011).

Sobre esse tipo de difusão e produção de consensos, Mendes (2020) afirma que, nos últimos anos, deu-se o surgimento de inúmeros conceitos e narrativas que surgiram, inicialmente, na academia, mas também em consultorias e *think tanks*, e foram se incorporando nas/pelas cidades como *brands*, estes possuíam a finalidade de destacá-las no mundo, e o objetivo de atrair investidores, empresas, talentos profissionais e turistas, bem próximo ao que intitula-se aqui de urbanização corporativa neoliberal e sustentável. Sobre o que leva cidades em diferentes contextos e condições sociais, econômicas e culturais a embarcarem nessas ideias, a autora afirma que:

Com o encurtamento dos orçamentos municipais (atribuído em grande parte à Crise de 2008), muitas administrações viram na associação com os grandes players de TICs a possibilidade de implementar mudanças, preparando seus espaços para melhor lidar com questões como governança, mobilidade, energia, comunicações, saúde, educação, segurança, habitação, meio-ambiente, desenvolvimento econômico, envolvimento comunitário etc. (MENDES, 2020, p. 03).

Com base no que foi discutido, aponta-se que no contexto da globalização das atividades industriais e financeiras, com o fim de assegurar os investimentos e captações de mais-valia global, os Estados - inicialmente os do Atlântico Norte, depois os do Sul global – passam a internalizar o processo de neoliberalização, que para Brenner, Peck e Theodore (2015) seria uma forma particular de reorganização regulatória, que envolveria a recalibração de modos de governança institucionalizados no sentido de ampliar ou consolidar formas mercantilizadas e comodificadas de vida social.

Neil Brenner, Jamie Peck e Nick Theodore (2015) elencam uma série de mecanismos políticos e institucionais para a análise do processo de urbanização neoliberal que representam momentos destrutivos e criativos desse processo. Silva (2022), analisando a inserção da ICES na cidade de João Pessoa, com base em alguns dos mecanismos propostos por Brenner, Peck e Theodore (2015), aponta para algumas correlações, tais como;

[...] Quando os autores destacam os “*recortes de la financiación pública*”, liga-se, justamente, a criação de mecanismos de dependência de governos municipais e crescimento de investimentos externos e empréstimos. [...] o Programa João Pessoa Sustentável é iniciado através de um mecanismo de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Empréstimo este que faz com que o governo local para pagar sua dívida busque ajustes fiscais e novas fontes locais de arrecadação, a exemplo da captura de mais-valias urbanas. (SILVA, 2022, p. 21).

Tal constatação vai no sentido da análise de Arantes (2006) sobre o papel do Banco Mundial e do BID e seus empréstimos nos países em desenvolvimento. Arantes (2006, p. 60) afirma

[...] constatei que os empréstimos do Banco Mundial e do BID – que aparecem aos gestores públicos como “tábuas de salvação” em tempos de crise –, não são “neutros” e carregam consigo uma agenda afirmativa: pretendem modelar um determinado padrão de uso do recurso público e de organização do Estado. As duas instituições difundem políticas públicas que seguem critérios empresariais de rentabilidade e um modelo de gestão estatal terceirizada, à mercê de um corpo técnico privado – formado por gerenciadoras de projeto, fundações privadas, ONGs e inúmeros consultores.

Sobre os processos apontados por Arantes (2006) de remodelação dos padrões de uso dos recursos e da própria organização do Estado, via modelos de gestão estatal terceirizada, Silva (2022) ainda fazendo uso dos mecanismos de análise dos momentos destrutivos e criativos da urbanização neoliberal escreve

A *"reconfiguración de la infraestructura institucional de la administración municipal"* pode ser encontrada no Programa João Pessoa Sustentável, quando observamos que a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis é uma agenda versada na imposição da governança de mercado para a gestão urbanas (abandona-se o planejamento e gestão urbana em nome da governança), por meio de certa terceirização do planejamento e gestão urbanas via a crescente contratação de consultorias individuais ou em forma de consórcios. No PJPS destaca-se a criação de instituições e órgãos especiais como a Unidade Executora do Programa (UEP) e os Escritórios Locais de Gestão (ELOS). (SILVA, 2022, p. 21-22).

Quanto ao mecanismo apontado por Brenner, Peck e Theodore (2015) que se refere a *"privatização do setor público municipal e de infraestruturas coletivas"*, sua presença na implementação da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) se dá segundo Silva (2022, p. 22):

[...] em outros projetos e programas financiados pelo BID. Terraza et al (2015) apontam para uma tendência presente nos documentos e intervenções do BID de se criar parcerias público-privadas para gestão de Parques Lineares. Tal tendência transforma os Parque Lineares em novas infraestruturas urbanas passíveis de privatização, infraestruturas que prometem lançar as cidades portadoras na competição global por investimentos, turistas etc.

Assim, têm-se o planejamento e gestão urbana, com destaque para o Plano Diretor, sendo incorporados e controlados pelo planejamento estratégico de cunho neoliberal com uma ampla participação de empresas de consultoria nacionais e internacionais sob controle de um agente financeiro multilateral. Como bem afirmou Arantes (2006, p. 73-74),

[...] o que tem sido feito e difundido pelos projetos multilaterais é um modelo de gestão pública terceirizada, à mercê de um corpo técnico privado, que tem como um de seus principais objetivos estabelecer parcerias com a iniciativa privada, agências autônomas de investimento e formas mais eficientes de cobrança e arrecadação – o que não significa implementar programas de justiça fiscal.

Em resumo, O BID vem atuando via coalizões políticas transescalares – construindo nas cidades latino-americanas, onde atua, uma *"máquina de crescimento urbano multiescalar"* (BRENNER, 2020). Agindo como um agente de transferência de conhecimento e normas transnacional (OLIVEIRA & PAL, 2018; SABATIER & WEIBLE 2007) o BID busca assegurar e construir *"parcerias público-privadas globais"* (Stone & Ladi 2015) conformando todo um campo ou arena de ações (SABATIER & WEIBLE, 2007) que visa a redução de risco para seus investimentos/financiamentos - via endividamento de cidades e países como aparato ou dispositivo de captura de seus governos (LAZZARATO, 2015), além de assegurar a abertura de mercado e redução de riscos para os investimentos de seus parceiros estratégicos nas cidades onde a ICES é implementada.

A seguir, será realizada a análise da tentativa de consolidação de uma agenda urbana neoliberal e sustentável via o caso concreto da cidade de João Pessoa, com o processo de implementação do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa, mas conhecido como Programa João Pessoa Sustentável.

4. A cidade de João Pessoa e sua inserção na Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis – ICES/BID

Nesse sentido, em 2014, houve o lançamento do plano estratégico de desenvolvimento de João Pessoa para as próximas décadas, representado no documento *"Plano de Ação João Pessoa Sustentável"* – PAJPS, que representa certo avanço neoliberal no planejamento urbano da cidade supracitada (SOUSA NETO & NASCIMENTO, 2020). No documento referente ao Plano de Ação de João Pessoa, temos a menção da metodologia da ICES e seus critérios para escolha da cidade

de João Pessoa. Segundo o PA a cidade possui alguns dos critérios importantes para sua escolha, como: 2º maior crescimento populacional na região nordeste do Brasil entre 2000 e 2010 e a evolução constante do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) ao longo dos últimos 20 anos (PMJP-BID, 2014). O documento também aponta a capacidade de endividamento da cidade como boa (SILVA, 2022).

O Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa está estruturado em dois componentes-chave, que são: (a) Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade; e (ii) Fortalecimento da Gestão Pública. (BID, 2018), e conta com 60 ações de grande porte. Dentro dessas ações temos algumas de caráter social, como propostas de desenvolvimento urbano e social, com iniciativas de economia solidária, desenvolvimento comunitário, emprego e geração de renda, inclusão de gênero, mas também projetos de apelo turístico e de valorização do solo, ligado a futura captura de mais-valia do solo criado via GPUs.

O programa passa a açambarcar a revisão do plano diretor da cidade e reger a produção contemporânea do espaço urbano da mesma. Algo próximo ao que Arantes (2006) assevera sobre a remodelação dos padrões de uso dos recursos e da própria organização do Estado via a ação dos bancos multilaterais. Nesse plano encontram-se os discursos da governança urbana neoliberal e do empreendedorismo ambiental urbano (BRENNER, PECK & THEODORE, 2015; HARVEY, 2005; WHITEHEAD, 2013).

O objetivo geral do Programa João Pessoa Sustentável é, segundo seus documentos e narrativas, propiciar um desenvolvimento urbano sustentável no Município de João Pessoa, a partir do fortalecimento do planejamento, da gestão urbana e pública municipal, bem como por meio de intervenções integrais e/ou demonstrativas para famílias vulneráveis (PMJP/BID, 2014). Como parte das características de um planejamento estratégico, o Plano de Ação João Pessoa Sustentável e seus estudos prévios e decisões, em relação às atividades a serem desenvolvidas a curto, médio e longo prazo, levaram à definição de uma hierarquia de ações propostas, seus custos, fontes de recursos, execução e conformação de arranjos políticos-institucionais para acompanhamento e monitoramento dos resultados previstos.

Como exemplo de arranjos políticos-institucionais criados pelo Programa João Pessoa Sustentável, recomendados (exigidos) pelos BID, temos a criação de instituições e órgãos especiais como a Unidade Executora do Programa (UEP), responsável direta pela implementação do programa, sendo o braço direito da intervenção do BID na gestão da cidade de João Pessoa. Esta localiza-se “ao lado” do gabinete do prefeito. Criaram-se também os Escritórios Locais de Gestão (ELOS), que representam instituições criadas para desmobilização popular dos moradores das comunidades, além de terem papel central na negociação - caso a caso - das indenizações previstas para os moradores removidos das comunidades.

Ainda sobre a Unidade Executora do Programa (UEP). Miranda et al (2022, p. 135) a descrevem com “órgão especial de gestão urbana e controle atrelado ao gabinete do prefeito, criado como exigência do BID para gerir o programa, com plenos poderes perante a gestão municipal, e representativo de um arranjo político-institucional ligado a uma gestão antidemocrática”. Tais (re)arranjos se ligam a narrativas ligadas a ações na busca de melhoria dos instrumentos de gestão e planejamento urbano e ambiental, que pretendem “aprimorar” a gestão da PMJP via: melhoria dos instrumentos de monitoramento municipais, aumento da arrecadação e o aprimoramento da capacidade de cobrança da dívida ativa de João Pessoa (a sustentabilidade fiscal apontada) (MIRANDA et al, 2022).

Quanto aos custos previstos, tem-se a cifra de um total de investimentos na ordem de R\$1,25 bilhão, e montantes de pré-investimento na ordem de R\$ 117 milhões. (PMJP/BID, 2014). Destaca-se, como já apontado, que o empréstimo inicial do BID é no valor de US\$ 100 milhões, além de uma série de contrapartidas em obras e reestruturação organizacional da PMJP. Houve uma batalha das últimas gestões pelo recebimento desse recurso. Mas o fato é que o mesmo não contempla nem um quinto do valor necessário para a consolidação do plano, levando nossas

pesquisas a **inquirirem** como a prefeitura irá realizar o mesmo? Existe uma forte tendência à efetivação de novas operações de crédito. (NASCIMENTO & BASTOS, 2021).

Sobre a possibilidade de maior endividamento e a condição de devedor destaca-se a análise de Arantes (2006) quando aponta que

O padrão de gasto público é, pois, condicionado pelas instituições financeiras: diretamente, ao estabelecerem o que consideram ou não "elegível" nos projetos financiados, e, indiretamente, ao solicitarem uma reestruturação do órgão ou empresa pública, para assumirem a "racionalidade" de uma empresa privada (ARANTES, 2006, p.71).

Lazzarato (2015) aponta para a relação entre o paradigma neoliberal e a dívida pública. Para esse autor a dívida é uma relação de poder mais desterritorializada e geral, através da qual o bloco de poder neoliberal organiza sua luta de classes. A dívida representa uma relação de poder transversal que não reconhece as fronteiras do Estado.

Em 2018, a Prefeitura assina oficialmente o contrato com o Banco, contrato este que consiste numa operação de crédito na qual o BID será o financiador. Quando se trata de valores, estima-se que o custo total do programa gira em torno de US\$ 200.000.000,00, sendo US\$ 100.000.000,00 financiados pelo BID, e US\$ 100.000.000,00 em contrapartida da Prefeitura. Mais recentemente, em 2020, tem-se o primeiro desembolso e a mobilização da Prefeitura para o avanço do Programa (BID, 2018). Destaca-se dentre seus objetivos a promoção de grandes intervenções urbanas, sendo uma delas a construção do Parque Linear do Rio Jaguaribe. Este ocasionará a remoção forçada de 8 comunidades do entorno dessa construção, essas representam um contingente aproximado de 900 famílias, que vivem no nomeado pelo BID "Complexo Beira Rio" (SOUSA NETO & NASCIMENTO, 2020; SILVA, 2022; SILVA; NASCIMENTO; SANTOS, 2022; NASCIMENTO; PORTO LEAL; MAIA, 2022).

Segundo Silva, Nascimento e Santos (2022) as intervenções em territórios vulneráveis se relacionam a como organizações financeiras e organismos multilaterais têm usado a narrativa do risco ambiental para alavancar os seus projetos (e de seus parceiros formados por grupos de interesses) sustentáveis e resilientes, e garantir sua participação (via financiamento, principalmente) e lucro na reestruturação destes territórios nas cidades (GABOR; KEDWARD; COLLINS, 2022). A noção de sustentabilidade de mercado se sobrepõe à uma relação harmônica entre o homem e a natureza (SOUZA, 2019), excluindo os pobres da convivência com o natural e os culpando pela "destruição ambiental".

Assevera-se que tais narrativas e projetos na/para a cidade fazem uso do que Silva, Nascimento e Santos (2022) nomeiam de "terror ambiental": Prática que está ligada à narrativa da redução de riscos e desastres, que por sua vez vincula-se ao grande apelo que a pauta das mudanças climáticas têm alcançado na sociedade. Tal fato tem ocasionado inúmeros processos de remoções forçadas de populações de seus territórios para a construção de grandes projetos de renovação e/ou requalificações urbanas e ambientais, inclusive via infraestruturas-verdes (MORETTI; CANIL; CARVALHO, 2019; SOUSA NETO & NASCIMENTO; SILVA & NASCIMENTO, 2021).

Observou-se que parte dos projetos que chegam à cidade de João Pessoa via a Iniciativa Cidades Emergentes Sustentáveis (ICES), são anunciados com o propósito de promover o desenvolvimento de projetos socioeconômicos e de infraestrutura que contribuam para o crescimento sustentável de cidades emergentes. O que não se divulga para a sociedade é o fato de que para o Banco, a captura de valor da terra faz parte das ações de (re)desenvolvimento urbano e valorização de terras e propriedades via requalificação urbana e ambiental de pontos estratégicos da cidade. O BID entende a captura de valor da terra como um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento das cidades latino-americanas e seu financiamento para o crescimento urbano sustentável (BID, 2016).

Comentado [9]: .

Comentado [10]: cit.6

Comentado [11]: Citação 6

Comentado [12]: Citação 6

Comentado [13]: cit.7

Comentado [14]: Citação 7

De acordo com as análises de custo-benefício feitas pelo BID para o financiamento do projeto existe uma expectativa de valorização imobiliária de até 30%, até 2024, nos bairros do entorno das comunidades e do futuro parque linear. Esse projeto pode desencadear mais uma injustiça social e ambiental na cidade de João Pessoa, impactando diretamente diversas famílias e comunidades que já estão há décadas presentes no território da cidade (SOUSA NETO & NASCIMENTO, 2020; SILVA, 2022; SILVA; NASCIMENTO; SANTOS, 2022).

Sobre o processo multiescalar de transferência, difusão e mobilidade de políticas públicas urbanas ao qual a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis faz parte, destaca-se a origem e concepção dos projetos do parque linear do Rio Jaguaribe e de requalificação urbana e ambiental do chamado Complexo Beira Rio. O projeto se origina da parceria entre o BID e o governo da Coreia do Sul. Governo esse representado pela *think tank Korea Research Institute for Human Settlements* (KRIHS), criada para tratar das questões ligadas às disparidades regionais resultantes dos padrões de assentamento desequilibrados da Coreia do Sul. Mas tem atuado junto a instituições como a *Korea Land and Housing Corporation* (LHC), *Korea National Housing Corporation* no (re)desenvolvimento e valorização de terras, territórios e propriedades. (GRANGE & JUNG, 2004⁸).

Comentado [15]: Citação 8

Comentado [16]: cit.8

A LHC é a empresa que idealizou o projeto de um parque linear para a região do médio curso do Rio Jaguaribe, em João Pessoa. Verifica-se assim o que apontou-se a frente sobre a emergência no processo de urbanização neoliberal da construção de “circuitos globais de conhecimento” (McCANN, 2011) que promovem a construção de agendas e arenas globais de ação e difusão de políticas urbanas (SABATIER & WEIBLE 2007; STONE & LADI, 2015; NASCIMENTO; 2021).

Tal fato se confirma, para o presente caso, com a informação de que, em 2014, o Banco Interamericano de Desenvolvimento estabeleceu uma parceria com o KRIHS para iniciar um programa anual de capacitação de formuladores de políticas na América Latina e do Caribe (ALC).⁹ Esse programa visa facilitar o intercâmbio de conhecimentos sobre estratégias, experiências e lições aprendidas na Coreia e na ALC em questões de habitação e desenvolvimento urbano. A KRIHS atuou nas cidades de Goiânia e João Pessoa.

Comentado [17]: Citação 9

Comentado [18]: cit.9

Ressalta-se que é da Coreia do Sul uma das principais referências de “*best practices*” ligadas a produção de infraestruturas verdes como Grandes Projetos Urbanos (GPUs). A revitalização do Rio Cheonggyecheon, no centro da cidade de Seul, é um exemplo dos mais emblemáticos da relação entre Parque Lineares e rupturas socioespaciais. O caso ocorrido em Seul, é um dos mais replicados, sendo um sucesso político e econômico de GPUs e Parque Linear, assim como o High Line, em Nova Iorque (LIM et al, 2013; SILVA, 2022). Cabe, novamente, destacar que a construção de um Parque Linear vem importada da Coreia do Sul para João Pessoa através da instituição coreana Korea Land and Housing Corporation (LHC), que é uma das mentoras do Programa João Pessoa Sustentável.

Somado a isso, destaca-se, também, a difusão de narrativas ligadas a importância das parcerias público-privadas pelos grandes organismos multilaterais, a exemplo do BID. As PPPs para grandes projetos urbanos - GPUs interessam a toda uma gama de agentes, entre os quais se destacam as empreiteiras, passando por consultorias, escritórios de assessoria (econômica, legal, técnica etc.) E, naturalmente, bancos e seguradoras. Entre os credores também podem ser listados os fundos de pensão de patrocinadores públicos ou privados e os fundos de investimento.

Na esfera atual e regional da conformação de agendas globais impulsionadas pelo BID na AL, tem-se o apelo ao uso das PPPs em vários documentos desse organismo. No estudo “Avaliação de Parcerias Público-Privadas em Infraestrutura” (BID, 2017).¹⁰ é apontado que, de 2006 a 2015, a região da ALC investiu US \$ 361,3 bilhões em cerca de 1.000 projetos de infraestrutura no formato de PPPs, e que os mesmos se concentraram no Brasil, seguidos à distância por México e Colômbia.

Comentado [19]: cit.10

Comentado [20]: Citação 10

Para Harvey (2011), existe uma nova forma de articulação entre o Estado e o capital na contemporaneidade, que o mesmo intitula de “nexo Estado-financeiras”, esse corresponde a confluência do poder estatal e das finanças, e aponta que certos arranjos políticos institucionais econômicos encontram-se no coração do sistema de crédito que é a base para o nexos Estado-financeiras. Lapavistas (2013) também alude para como a financeirização torna-se enraizada no comportamento alterado dos agentes fundamentais da acumulação capitalista. (NASCIMENTO, 2019).

Nascimento (2019) analisando a dinâmica do uso de PPPs na região metropolitana do Recife aponta que Fainstein (2016) apud Aalbers (2019) sugere que a financeirização é intrínseca à neoliberalização e que “parcerias público-privadas” são a forma institucional representativa do desenvolvimento especulativo. A crise de crédito de 2008 revelou como os agentes financeiros estão profundamente motivados para o desenvolvimento e consolidação de infraestruturas urbanas como uma classe de ativos financeiros (PRYKE & ALLEN, 2019).

Segundo esse estudo, os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), como o Banco Mundial e o BID, podem desempenhar um papel importante no apoio ao desenvolvimento de ambientes adequados para atrair investimentos privados, no fornecimento de assistência independente à preparação de projetos e na redução de lacunas no financiamento. Como pôde-se constatar com as iniciativas do BID para promoção de PPPs no âmbito da ICES, a exemplo do evento “*Asociaciones Público-Privadas en La Recuperación de Espacios Ribereños*”, realizado na cidade de Rosário, em maio de 2014. Essas ações representam a difusão da agenda neoliberal das PPPs pela América Latina.

Destaca-se uma das ações muito recomendadas nos planos de ações da ICES, que tem sido a promoção de projetos de requalificação e renovação urbana ligados a construção de infraestruturas verdes e áreas de apelo turístico (requalificação e renovação de waterfronts e/ou frentes ribeirinhas; parques lineares) (BID, 2018; SANDEVILLE JR & ANGILELI, 2017; SILVA, 2022), daí nosso destaque para a realização desse evento na cidade de Rosário (ARG), pois essa possui um projeto de planejamento público com gestão urbanística público-privada. O mesmo se refere a criação de um parque fluvial linear às margens do Rio Paraná. (GINER, 2016). Chama-se a atenção, em especial, a esse caso por se tratar de um projeto, no âmbito das ações do BID, próximo ao da construção do Parque Linear do Rio Jaguaribe, que aponta para a requalificação urbana e ambiental das comunidades do Complexo Beira Rio.

As consequências vão desde o recrudescimento das injustiças ambientais severas presentes em nossas cidades (SOUZA, 2019), com a remoção forçada de moradores, caracterizando o projeto como uma grande higienização socioespacial ou, como temos apontado em nossas pesquisas, uma ação ligada a um processo de gentrificação verde/ecológica (CHECKER, 2011; TORRES, VIVIAN & SANCHES, 2019; SANTOS NETO & NASCIMENTO, 2020; SILVA, 2022). Tais políticas públicas ligadas a princípios de uma governança urbana neoliberal incidem sobre setores populares e vulneráveis que, na maioria das vezes, encontram-se inseridos de maneira mais precária nos espaços urbanos agora cobiçados para planos de captura de mais-valias urbanas via projetos de renovação urbana e/ou requalificação urbana e ambiental como o do CBR (SANTOS NETO & NASCIMENTO, 2020; SILVA, 2022; NASCIMENTO; PORTO LEAL; MAIA, 2022)

5. Considerações Finais

Analisou-se como, atualmente, governos locais têm se pautado por uma matriz discursiva pró-sustentabilidade no planejamento municipal que legitima intervenções de requalificação urbana e ambiental estruturais de limpeza e criação de amenidades ambientais em áreas-problema desinvestidas das cidades, apresentando uma suposta preocupação com o ambiente, a ecologia e a qualidade de vida. Desta forma, assevera-se para necessidade de se fomentar um pensamento crítico sobre as políticas de “boas práticas” urbanas e ambientais dos organismos internacionais, como o BID, principalmente, quando envolvem a construção de infraestruturas verdes nas cidades levando a remoções forçadas e processos gentrificantes.

A implementação de Grandes Projetos Urbanos vinculados ao paradigma da sustentabilidade urbana tem entrado em conflito, justamente, com agendas como o próprio ODS, a exemplo do ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, que tem como objetivo tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, e possui dentre suas metas: aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países. (ONU, 2022). Pois, em vários casos, o que se materializa são projetos que se viabilizam via a construção de conflitos socioambientais geradores de despossessão/espoliação de bens comuns, principalmente, dos povos do Sul Global. Fato que tem se viabilizado via a produção de projetos de reestruturação urbana e ambiental realizados na contramão dos ideários da Reforma Urbana e do Direito à Cidade nas cidades brasileiras.

Destaca-se a importância da produção de pesquisas que tentem ir além de análises fragmentárias ou localizadas desses “novos” paradigmas. Pois, acredita-se que existem novas demandas de estudos ligadas ao atual processo de urbanização planetária e neoliberal vinculado a emergência de uma sociedade do risco global (BECK, 2009) ou ao *Capitaloceno* (MOORE, 2020), que por se tratarem de temas complexos e dinâmicos, e reunirem ações em múltiplas escalas necessitam ser analisados de forma conexa e não fragmentária como pode-se encontrar em vasta literatura calcada em estudos de caso que fragmentam a totalidade.

Viu-se como algumas das principais agendas de políticas públicas globais vem se materializando via o uso de uma série de dispositivos e mecanismos ligados ao processo de urbanização neoliberal, via soluções reais ou ilusórias – chamadas “boas práticas”, vinculadas a discursos/conceitos como os de desenvolvimento urbano sustentável e sustentabilidade urbana, cidades inteligentes, emergentes e resilientes, entre outros (ONU-HABITAT, 2020), que são lançados como única via para resolução dos problemas urbanos e ao pretensão desenvolvimento sustentável das cidades, tais “boas práticas” vinculam-se também a uma narrativa ligada a promoção de empreendedorismo urbano ambiental.

Assevera-se que a produção acrítica de infraestruturas verdes, representativas de agendas que pregam o esverdeamento do capitalismo, não levam em consideração, muitas vezes, direitos humanos básicos. Agindo no sentido de dissimular as ações contraditórias do poder público e privado em estratégias de marketing urbano e ecológico ditas socialmente mais justas. Entende-se que tais práticas velam a constante pressão do lucro e da propriedade sobre os ecossistemas e populações, além de atacarem os direitos de populações e territórios, com destaque para a interdição do direito à cidade e a um meio ambiente saudável e equilibrado para todos.

A pesquisa buscou analisar, ainda de maneira preliminar, como a cidade de João Pessoa passa a ser foco de um modelo de planejamento urbanos estratégico e sustentável que representa agendas globais que “viajam” por diferentes países e áreas urbanas do planeta. Ademais, no caso específico estudado, destaca-se a ação de um banco multilateral, o BID, que tem se caracterizado por promover e apoiar um projeto de urbanização neoliberal na América Latina com ações que, em grande parte, beneficiam, principalmente, as corporações transnacionais dos países desenvolvidos, além do próprio banco com seus empréstimos milionários. Os documentos, projetos e ações que compuseram o objeto de estudo deste artigo apelam para uma consciência tecnocrática em prol da eficiência da boa governança urbana. Assim, ver-se, novamente, a repetição e replicação de modelos ou “boas práticas” de forma incondicional nas mais diferentes realidades urbanas, algo que representa o que analisamos como a materialização de um “neoliberalismo realmente existente” na cidade de João Pessoa.

Conclui-se que existe, atualmente, um processo de transferência, difusão e mobilidade de políticas públicas urbanas neoliberais na América Latina e no mundo, com o discurso da sustentabilidade acoplado, que por sua vez vincula-se às narrativas das mudanças climáticas e da sociedade do risco global. Tudo isso tem se manifestado na busca mundial por se produzir cidades sustentáveis e/ou inteligentes via crescentes investimentos públicos e privados e/ou conformação de “parcerias

público-privadas globais”. Aponta-se que a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis é um exemplo paradigmático de tal política no Brasil.

6. Referências

- ANGUELOVSKI, I. (et al.) Assessing green gentrification in historically disenfranchised neighborhoods: a longitudinal and spatial analysis of Barcelona. **Urban Geography**. Vol. 39, 2018.
- ARANTES, Pedro Fiori. Ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. **Pós**. n.20, São Paulo, Dez. 2006.
- ARAÚJO, C. M. de; NASCIMENTO, A. S. (2021). Narrativas sobre riscos naturais e resiliência na construção da agenda urbana global neoliberal. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 23, n. 52, pp. 1135-1164, set/dez. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5213>.
- BECK, U. (2009). **World at risk**. Cambridge: Polity Press.
- BID (Banco Interamericano de Desarrollo). **De ciudades emergentes a ciudades sostenibles – comprendiendo y proyectando las metrópolis del Siglo XXI**. Washington d.c: BID/ARQ Edicione, 2016a.
- _____. Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES). **Documento Orientador para a Execução do Projeto de Monitoramento Cidadão da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis nos Municípios de: João Pessoa/PB, Florianópolis/SC, Vitória/TO (Sic.), Palmas/TO, Três Lagoas/MS e Goiânia/GO**. Maio, 2016b.
- _____. Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa - Programa João Pessoa Sustentável (Operação de Crédito 4444/OC BRL1421) **Regulamento Operacional do Programa**. Novembro, 2018.
- BOUSKELA, Mauricio (et al)., BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO – BID. **Caminho para as Smart Cities - Da gestão tradicional para a cidade inteligente**. BID, 2016.
- BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. **Urbanismo neoliberal. La ciudad y el império de los mercados**. In: Observatório Metropolitano de Madrid (ed.). El mercado contra la ciudad: sobre globalización, gentrificación y políticas urbanas. Madrid: Traficantes de Sueños, 2015.
- BRENNER, N. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.
- BIRCH, K. Rethinking Value in the Bio-economy: Finance, Assetization, and the Management of Value. **Sci-Techol Human Values**. May, V. 42, N.3, 2017, 460-490. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0162243916661633>. Acesso: 25 out. 2022.
- CANIL, K.; MORETTI, R. S (2020). Desafios para a articulação entre as cartografias de risco e o planejamento territorial. **Diálogos Socioambientais**, v. 3, n. 08, p. 19-23, 8 out..
- CHECKER, M. (2011). Wiped out by the “greenwave”: Environmental gentrification and the paradoxical politics of urban sustainability. **City & Society**, v.23, n. 2, pp. 210–229.
- DARDOT, P., LAVAL, C.. **A nova razão do mundo - ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução por Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEMPSEY, J. Enterprising Nature - Economics, Markets and Finance in Global Biodiversity Politics. Chichester: **John Wiley & Sons**, 2016, 311pp.
- GABOR, D. “The Wall Street Consensus”. **Development and Change** 52 (3): 429–59, 2021.

GABOR, D., KEDWARD, K., RYAN COLLINS, J. Aligning finance with the green transition - From a risk based to an allocative green credit policy regime. Institute for Innovation and Public Purpose, **Working Paper Series** (IIPP WP, 2022).

GRANJER, A. L., JUNG, H. N.. The Commodification of Land and Housing: The Case of South Korea. **Housing Studies**, Vol. 19, n. 4, pages: 557–580, July, 2004.

Harvey, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

JAJAMOVICH, Guillermo. Miradas sobre intercambios internacionales y circulación internacional de ideas y modelos urbanos. **Andamios**. Vol. 10 N. 22, 2013.

João Pessoa. **Plano de Ação João Pessoa Sustentável**. João Pessoa, Prefeitura Municipal de João Pessoa-PMJP/Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID/Caixa Econômica Federal-CEF, 2014.

Lazzarato, M. **Gobernar a través de la deuda: tecnologías de poder del capitalismo neoliberal**. Buenos Aires/Madrid: Amorrortu Editores, 2015.

LIM, Heeji (et al). Urban regeneration and gentrification: Land use impacts of the Cheonggye Stream Restoration Project on the Seoul's central business district. **Habitat International**. N. 39, p. 192-200. 2013.

McCANN, Eugene J. Urban policy mobilities and global circuits of knowledge: Toward a research agenda. **Annals of the Association of American Geographers**. Volume 101, Issue 1, 2011.

MENDES, T. C. M. **Smart Cities: Solução para as cidades ou aprofundamento das desigualdades sociais?** Texto para Discussão – 011. Observatório das Metrôpoles, 2020.

MIRANDA, Livia et. al. As articulações público-privadas, os projetos pró-mercado e as “boiadas” urbanísticas e ambientais em João Pessoa e Campina Grande. In: MIRANDA, Livia; MORAES, Demóstenes. **Reforma Urbana e Direito à Cidade: os desafios para o desenvolvimento nacional – Paraíba**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles/Letra Capital, 2022. Disponível em: <http://reformaurbanadireitoacidade.net/livros/regiao-metropolitana-de-campina-grande-e-joao-pessoa/>.

MORETTI, R. S.; CANIL, K.; CARVALHO, C. S. A utilização do risco como argumento para remoções generalizadas. BRCidades, 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrôpoles.net.br/utilizacao-do-risco-como-argumento-para-remocoes-generalizadas/>.

MOORE, J. W. **El capitalismo en la trama de la vida - ecología y acumulación de capital**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

NASCIMENTO, Alexandre. S. A urbanização planetária neoliberal e o discurso da resiliência e da urbanização sustentável: uma reflexão crítica em torno da “nova agenda urbana global. Cuadernos de Geografía: **Revista Colombiana de Geografía**. V. 30, n. 2, p. 318-335, 2021. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v30n2.88748>.

NASCIMENTO, A. S., BASTOS, D. A. P. C. O Paradigma das Cidades Inteligentes e Sustentáveis e sua Introdução/Imposição no processo de Urbanização Planetária Neoliberal: escalas, agendas, agentes, e ações. **Anais IV Simpósio Internacional de Geografia do Conhecimento e da Inovação – SIGCI, Virtual**, 2021.

NASCIMENTO, Alexandre. S.; PORTO-SALES, Andréa L.; MAIA, Fernando. (In)Sustentável, Injusta e Desigual: uma análise dos conflitos urbanos e ambientais na cidade de João Pessoa. In: MIRANDA, Livia; MORAES, Demóstenes. **Reforma Urbana e Direito à Cidade: os desafios para o desenvolvimento nacional – Paraíba**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles/Letra Capital, 2022. Disponível em: <http://reformaurbanadireitoacidade.net/livros/regiao-metropolitana-de-campina-grande-e-joao-pessoa/>.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso: 23 set. 2022.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Documento de Políticas da Habitat III: 18 – Infraestrutura urbana e serviços básicos, incluindo energia**. Nova York: ONU, 2015.

ONU-HABITAT. NOVA AGENDA URBANA - **Declaração de Quito sobre Cidades Sustentáveis e Assentamentos Humanos para Todos (HABITAT III)**. Quito, ONU- Hábitat, 2016.

SABATIER, P. A. WEIBLE, C. M. "The advocacy coalition framework: innovations and clarifications" In: Sabatier, P. A (Ed). **Theories of the policy process**. Cambridge, MA: Westview, 2007.

SANDEVILLE JR, Euler; ANGILELI, Cecilia M. de M. Machado. Quando a casa vira parque. **Anais do XV ENANPUR**, 2017.

SHEPPARD, Eric; LEITNER, Helga; MARINGANTI, Anant. "Urban Pulse — Provincializing Global Urbanism: a manifesto". **Urban Geography**, Published online: 29 Jul 2013. <http://dx.doi.org/10.1080/02723638.2013.807977>.

SILVA, M. J. L.; NASCIMENTO, A. S.. **A implementação do Parque Linear do Rio Jaguaribe no contexto do "Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do município de João Pessoa"**: uma análise dos conceitos, temáticas e ações utilizadas/incentivadas pelos seus agentes difusores/implementadores. Relatório Final – Edital PIBIC - 01/2020/PROPESQ. João Pessoa, 2021.

SILVA, Heloísa G. da; NASCIMENTO, Alexandre S.; SANTOS, Danilo F. dos. O discurso da sustentabilidade urbana de mercado e o uso do "terror ambiental" para a remoção de 8 comunidades de JOÃO PESSOA – PB. **Anais do IX Seminário PPGeo – UFJF – O Antropoceno e o papel da Geografia nas "grandes acelerações"**. Juiz de Fora, Dezembro, 2022.

SOUSA NETO, J. V.; NASCIMENTO, A. S. Planejamento e Desenvolvimento Urbano Sustentável X Direito à Cidade: diálogos e experiências de planejamento urbano popular em contexto de conflitos socioambientais. **Anais do Encontro Internacional de Educação Popular e Cidadania - experiências e desafios**. Conferência Virtual, 2020.

SOUZA, M. L., **Ambientes & Territórios: uma introdução à ecologia política**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2019.

STONE, D.; LADI, S. "Global public policy and transnational administration". **Public Administration**, v. 93, n. 4: 839-855, dez. 2015.

SWYNGEDOUW, E. "Globalização ou glocalização? Redes, territórios e reescalonamento". In: Brandão, C. A.; Fernández V. R.; Ribeiro L. C. de Q. (Orgs). **Escalas espaciais, reescalonamentos e estatalidades: lições e desafios para América Latina**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

TORRES, P. H. C.; VIVIAN, M. M.; SANCHES, T. de O.. A. Produção capitalista do espaço e meio ambiente: ativismo urbano-ambiental e gentrificação verde no Brasil. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 689-713, set/dez, 2019.

WHITEHEAD, M. Neoliberal Urban Environmentalism and the Adaptive City: Towards a Critical Urban Theory and Climate Change. **Urban Studies**, Vol 50, Issue 7, 2013.

¹ Silva (2022) analisando a implantação do Parque Linear do Rio Jaguaribe em João Pessoa reflete sobre como o mesmo representa um Grande Projeto Urbano (GPU) com suas particularidades dentro do neoliberalismo realmente existente. Sobre isso a autora afirma "É importante frisar que o neoliberalismo possui diversas frentes de ações, níveis de materialização e escalas, sendo impossível tratar sobre todas suas nuances no espaço geográfico concreto, pois sua efetivação é diferenciada em cada

contexto espaço-temporal. Diante disso, geógrafos como Neil Brenner, J. Peck e N. Theodore, irão desenvolver seus estudos sobre o processo de neoliberalização a partir do processo de urbanização” (SILVA, 2022, p. 16).

² O consenso, por sua vez, faz parte da racionalidade neoliberal do capitalismo contemporâneo, que para Dardot & Laval (2016) tende a estruturar e organizar tanto a ação dos governantes, como a conduta dos governados, através de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo (governamentalidade) dos homens.

³ Segundo o Climate Bonds Institute Investidores institucionais possuem U\$100 trilhões de ativos sob gestão.

⁴ Nosso uso dos conceitos de “infraestruturas verdes” e “parques lineares” baseia-se na ampla difusão do mesmo por instituições multilaterais como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a ONU-Habitat. Esta última em sua Nova Agenda Urbana define como um exemplo de investimento em infraestrutura verde e soluções baseadas na natureza, como “[...] redes de espaços verdes multifuncionais, [que] tem se destacado por oferecer uma gama de benefícios ecológicos, sociais e econômicos que melhoram a infraestrutura urbana “cinzenta”, se planejada e gerenciada estrategicamente.

⁵ Chama-se, mais uma vez, atenção para empresas e consultorias globais presentes na construção da metodologia da ICES e de seus planos estratégicos, a exemplo da Ernst & Young (E&Y) que realizou um estudo diagnóstico de competitividade e desenvolvimento econômico local, avaliando o ambiente de negócios da cidade de Três Lagoas (MS).

⁶ Cabe observar que essa foi a assinatura da primeira operação de crédito internacional celebrada pela Capital paraibana, no valor de 100 milhões de dólares. Sendo João Pessoa a primeira das seis cidades brasileiras que pleiteavam recursos do BID a atender todos os critérios da instituição e da Secretaria do Tesouro Nacional (CTN) para contratação da operação internacional de crédito. A assinatura do contrato de empréstimo N° 4444/OC-BR se deu no dia 20 de dezembro de 2018 (BID-PMJP, 2018).

⁷ Para os autores, o chamado “terror ambiental” vincula-se ao discurso dos riscos ambientais tem se materializado no espaço urbano através de formas segregatórias e higienistas de pensar soluções para os problemas socioambientais presentes nas cidades. O mesmo se evidencia via discursos tecnocráticos, sem debate político sobre alternativas como a urbanização de favelas, programas de universalização de saneamento ou programas habitacionais, ou ainda a falta de regulamentação e consolidação de instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei N° 10.257/01) como as Zonas Especiais de Interesse Social” (SILVA; NASCIMENTO; SANTOS, 2022, p. 02).

⁸ Para saber mais sobre a atuação dessas think tanks coreanas ver “The Commodification of Land and Housing: The Case of South Korea”. In: Housing Studies, Vol. 19, No. 4, 557–580, July 2004.

⁹ Disponível em: <https://blogs.iadb.org/ciudades-sostenibles/en/kiuda-nurturing-international-exchanges-for-better-global-urban-development/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

¹⁰ Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Evaluaci%C3%B3n-de-asociaciones-p%C3%BABlico-privadas-en-infraestructura.pdf>. Acesso: 20 mar. 2022.